

PREÇOS	
ASSIGNATURAS	
SEM ESTAMPILHA	
Por um anno	10\$000
Por seis mezes	5\$600
Por tres mezes	3\$600
Avulso por folha	\$040
Anuncios, por linha	\$060

A correspondencia official da capital de-ve ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE LISBOA, na imprensa nacional, donde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Anunciam-se todas as publicações litterarias, de que se receberem dois exemplares.

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS E DE JUSTIÇA

DIRECÇÃO GERAL DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS.

1.ª Repartição

Tendo subido á minha real presença a informação e parecer do reverendo bispo da Guarda, com os autos do concurso a que mandei proceder para o provimento da igreja parochial de Sant'Anna de Silves; e attendendo a que o presbytero João de Carvalho Vasco, que compareceu como oppositor devidamente habilitado no dito concurso, alem de merecer a approvação dos examinadores, se torna, segundo o parecer do reverendo prelado, merecedor de contemplação pela regularidade de sua vida e costumes, e pelo modo louvavel com que tem satisfeito aos deveres parochiaes na igreja de S. Pedro de Remella, no mesmo bispado, em que é prior collado; acrescendo a estas circumstancias a muito attendivel de ser o referido presbytero condecorado com o grau academico de bacharel formado na faculdade de canones pela universidade de Coimbra: hei por bem fazer mercê ao dito presbytero o bacharel João de Carvalho Vasco de o apresentar na mencionada parochial igreja de Sant'Anna de Silves, no bispado da Guarda, a qual se acha vaga por obito do seu ultimo parochio collado o presbytero José Nunes Gaspar Crespo.

O ministro e secretario d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 23 de novembro de 1859.—**REL. — João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.**

Foram tambem apresentados, procedendo concurso, os seguintes presbyteros nas freguezias abaixo declaradas; a saber:

Alexandre Thomaz Pimenta e Sousa, na igreja de S. Bartholomeu de Urros, no arcebisado primaz de Braga.

Antonio Fernandes Amador, na igreja de Nossa Senhora da Graça de Castello Novo, no bispado de Castello Branco.

Bernardino José Ribeiro de Araujo, na igreja de S. Verissimo de Lagares, no arcebisado primaz de Braga.

Daniel da Silva Vieira Varella, na igreja de Nossa Senhora da Conceição da villa da Golegã, no patriarchado.

João Baptista Meirelles, na igreja de S. Nicolau de Paço de Sortes, no bispado de Bragança.

Joaquim Alves Ferreira, na igreja de Santa Maria de Canedo, no arcebisado primaz de Braga.

José Antonio de Carvalho, na igreja de Santa Maria do Mosteiro de Oliveira, no dito arcebisado primaz.

José Antonio Falcão, na igreja de Nossa Senhora da Assumpção de Travanca, no arcebisado de Bragança.

José Antonio Marques, na igreja de S. Miguel de Cacarelle, no arcebisado primaz de Braga.

José Maria Henriques Alvares, na igreja de Nossa Senhora dos Remedios das Fajãs, na ilha das Flores, bispado de Angra.

Justino André Alves da Cunha de Sousa, na igreja de Santo André de Oudices, no bispado de Bragança.

Manuel Maria de Moraes Sarmento, na igreja de S. Miguel de Freixo de Espada-a-Cinta, no arcebisado primaz de Braga.

Manuel Nunes Monzaco, na igreja de Sant'Iago de Belmonte, no bispado da Guarda.

Expediram-se mais os seguintes decretos:

José Luiz Alves Feijó, bacharel formado em direito, e thesoureiro-mór da sé cathedral de Bragança, transferido da referida dignidade para a de chautre da mesma sé.

Domingos dos Reis Lima, clérigo minorista, fazendo-lhe mercê da thesauraria da igreja parochial de S. João Baptista da villa de Cazevel, no bispado de Beja.

Antonio Joaquim Nobre, fazendo-lhe mercê da serventia vitalicia da thesauraria da igreja parochial de Santa Eulalia da aldeia de Santa Eulalia, no bispado de Elvas.

Antonio Caetano de Sousa Saraiva, reitor collado da freguezia de S. Pedro de Nogueira, no arcebisado primaz de Braga, concedendo-lhe o subsidio annuo de 60\$000 réis, na conformidade das disposições do artigo 14.º da lei de 20 de julho de 1839, e do artigo 3.º da carta de lei de 8 de novembro de 1841.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

DIRECÇÃO GERAL DA CONTABILIDADE

Repartição central

Sendo mister resolver as duvidas que tem tido alguns delegados do thesouro nos districtos administrativos, assim como prevenir as que outros possam ter, estabelecendo para ambos os effeitos a regra que a todos cumpre observar, não só com relação aos depositos para substituição de recrutats, como tambem a respeito dos tres quintos que são obrigados a pagar os recrutats refractarios, nos termos da portaria do ministerio do reino de 7 de setembro ultimo, publicada no *Diario do Governo* de 9 desse mez, e não convindo que os referidos depositos continuem a ser levantados por ordenamentos das autoridades administrativas, como se lhes havia facultado: manda Sua Magestade El-Rei, pelo ministerio da fazenda:

1.º Que nas repartições de fazenda dos districtos administrativos do continente do reino e ilhas adjacentes seja continuada a recepção d'aquelles depositos, devendo ser escripturados e mencionados nas tabellas de cofre, na classe de operações de thesauraria, sob a epigraphe de=depositos para a substituição de recrutats=como se acha estabelecido pelo officio circular de 15 de junho proximo pasado;

2.º Que os tres quintos, que nos termos da precitada portaria devem pagar os recrutats refracta-

Anno 1860—Numero 8



DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

rios, devem ser escripturados e mencionados nas tabellas de rendimentos, assim liquidados como cobrados, sob a epigraphe de=multas;

3.º Que, para ser escripturada com toda a precisão a receita que provier de depositos e de multas, devem os mesmos delegados ordenar aos escriptores de fazenda, seus subordinados, que não acietem guia, que acompanhe taes entregas, sem que muito explicitamente declare quanto provém de depositos para substituição de recrutats, e quanto de multa, devendo tambem ser passados recibos distinctos pela receita de cada uma d'aquellas proveniencias;

4.º E, finalmente, que fica d'ora em diante sem effeito a facultade concedida ás autoridades administrativas para ordenarem os levantamentos d'aquelles depositos a favor dos recrutats substitutos, visto que taes depositos assim recebidos, como os que se forem recebendo, vão ser postos á disposição do ministerio da guerra, em conformidade do artigo 8.º, § unico, da lei de 4 de junho de 1859.

O que pela direcção geral da contabilidade se fará constar a quem o seu conhecimento deva perenecer. Paço, 7 de janeiro de 1860.—**José Maria do Casal Ribeiro.**

2.ª Repartição

Annuncia-se, em observancia da Carta de lei de 24 de agosto de 1848, haver requerido D. Maria José da Conceição Costa Nunes o pagamento do ordenado que se ficou devendo a seu finado marido, José Duarte Nunes, como secretario da alfandega do Porto; a fim de que qualquer pessoa, que se julgar com melhor direito ao dito vencimento, ou a parte d'elle, requiera por esta repartição dentro do prazo de sessenta dias, contado da publicação do presente annuncio, findo o qual será resolvida a mencionada pretensão.

Segunda repartição da direcção geral da contabilidade, 10 de janeiro de 1860.—**Sebastião José Pedrosa.**

3.ª Repartição

Tendo requerido João Vicente Duarte Ferreira, D. Maria Luiza Duarte Ferreira e D. Maria José Duarte Ferreira os vencimentos que pelo titulo de renda vitalicia n.º 7438 se ficaram a dever a seu tio Feliciano Pedro de Mendonça, fallecido em 6 de novembro ultimo; assim se annuncia em virtude da lei de 24 de agosto de 1848; a fim de que qualquer pessoa que se julgue com melhor direito aos ditos vencimentos o venha declarar dentro do prazo de sessenta dias, contado da publicação do presente annuncio, findo o qual será resolvida esta pretensão.

Terceira repartição da direcção geral da contabilidade, 9 de janeiro de 1860.—**Alexandre José da Silva e Almeida.**

DIRECÇÃO GERAL DAS ALFANDEGAS E CONTRIBUIÇÕES INDIRECTAS

1.º ANNUNCIO

Por participação do director do circulo das alfandegas maritimas do norte do reino, consta que no dia 26 de dezembro ultimo naufragara nas pedras da Insua, legoa e meia ao sul de Espozende, o falcão hespanhol=Santa Antonio=de que era proprietario Gaspar Martins, e capitão Antonio Martins, procedente de Cadiz, carregado de sal, com destino para a Corunha; tendo perecido seis pessoas da tripulação, que se compunha de oito individuos; salvando-se apenas algum velame, maçame, e fragmentos do casco.

O que se faz publico em conformidade do n.º 1594 do codigo commercial para conhecimento dos interessados.

Primeira repartição da direcção geral das alfandegas e contribuições indirectas, em 9 de janeiro de 1860.—**Nuno José Gonçalves.**

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR

2.ª DIRECÇÃO—1.ª REPARTIÇÃO

Tendo o governador geral da provincia de Angola em officio de 30 de julho ultimo ponderado que seria conveniente que as camaras municipais se remetterssem ao governo os seus annaes por intermedio do governador da respectiva provincia, pelo inconveniente que, no seu entender, teve a publicação dos annaes municipales de Mossamedes do anno de 1857, que elle governador geral havia mandado trancar, e se imprimiram no boletim do conselho ultramarino: Sua Magestade El-Rei attendendo a que não seria acertado que as camaras se podessem reputar autorisadas a lançar nos seus annaes as memorias de quaesquer desintelligencias ou questões, que mais conviria ficarem escriptas, e que por outro lado tambem não seria acertado que os governadores podessem impedir que em taes memorias se lancem noticias, que, podendo por ventura ser muito uteis, só a algum governador parecessem inconvenientes; ha por bem determinar:

1.º Que o governador geral de Moçambique faça sentir ás camaras municipales, que os seus annaes só devem conter noticias de verdadeiro interesse publico, e que mereçam ser conservadas, e por sorte nenhuma a memoria de desintelligencias ou questões que melhor seria não terem existido;

2.º Que os annaes municipales sejam pelas camaras municipales remettidos a elle governador geral, o qual os transmittirá a esta secretaria d'estado acompanhados de quaesquer informações que julgar convenientes; mas sem que possa mandar riscar qualquer parte d'elles, ficando ao juizo do governo decidir se os annaes se deverão publicar na sua integra, ou sómente em parte.

O que pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar se participa ao dito governador geral, para seu conhecimento e mais devidos effeitos.

Paço, em 22 de novembro de 1859.—**Adriano Mauricio Guilherme Ferreri.**

Identicas aos governadores da India, Cabo Verde, S. Thomé, Angola e Macau.

Tendo sido dissolvida a camara dos senhores deputados, por decreto de 24 de novembro ultimo, e devendo proceder-se a nova eleição, manda Sua Magestade El-Rei, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, remetter ao governador da provincia de S. Thomé e Principe os exempla-

res inclusos, assim da carta de lei de 23 de novembro ultimo (que alterou o decreto com força de lei de 30 de setembro de 1852), como do decreto de 28 do mesmo mez, que mandou proceder á eleição, e contém varias disposições regulamentares; a fim de que o mesmo governador, na conformidade da legislação e regulamentos em vigor, expeça as ordens necessarias para que se proceda á eleição que deve ter logar.

Paço, em 7 de dezembro de 1859.—**Adriano Mauricio Guilherme Ferreri.**

Identicas ao governador geral da provincia de Cabo Verde, e ao governador de Macau.

Sendo necessario que haja n'este ministerio conhecimento dos processos judiciais, que estão pendentes, desde quando, e a razão porque; e convindo igualmente obter circumstanciadas informações sobre quaes sejam as providencias a adoptar para se removerem os obstaculos, que impeçam o regular andamento da administração da justiça, com prejuizo dos interesses publicos e quebra de uma das mais importantes necessidades sociaes: manda Sua Magestade El-Rei, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, que o governador geral de Moçambique remetta, com a possivel brevidade, a esta mesma secretaria d'estado uma relação dos processos, que se acham pendentes, pela forma que acima se declara, acompanhando-a de uma exposição dos meios, que a experiencia tenha suggerido como mais adequados e efficazes para remover os tropeços, que por ventura tenham obstado ao andamento dos referidos processos.

Paço, em 9 de dezembro de 1859.—**Adriano Mauricio Guilherme Ferreri.**

Identicas aos governadores de Cabo Verde, S. Thomé, Macau e Timor, e aos presidentes das relações de Goa e de Loanda.

Manda Sua Magestade El-Rei, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, declarar ao governador geral da provincia de Cabo Verde, em additamento á portaria de 22 do corrente, em que se lhe remetteu a copia do decreto de 14, que sendo urgentemente reclamada a obra da cadeia civil da cidade da Praia, tanto pelas necessidades do serviço de justiça, como da publica tranquillidade, como pelos direitos da humanidade, é de absoluta necessidade, e assim o espera do zelo do governador geral, que se applicquem todos os possiveis esforços para que esta obra se conclua conjuntamente com a dos pagos do concelho, ou antes, se poder isto conseguir-se.

Paço, em 24 de dezembro de 1859.—**Adriano Mauricio Guilherme Ferreri.**

Tendo o governador de Timor em officio de 6 de outubro ultimo, n.º 43, participado que o rei de Calicaco, acompanhado de uma numerosa comitiva, prestára nas mãos do mesmo governador o juramento de vassallagem e obediencia á coroa portugueza, o que desde 1813 não tinha tido logar: manda Sua Magestade El-Rei, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, significar ao dito governador que recebeu com muita satisfação a noticia de um acontecimento que tão vantajoso deve ser para a dominação portugueza na dita ilha.

Paço, em 26 de dezembro de 1859.—**Adriano Mauricio Guilherme Ferreri.**

Tendo sido dissolvida a camara dos senhores deputados por decreto de 24 de novembro ultimo, e devendo proceder-se a nova eleição: manda Sua Magestade El-Rei, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, remetter ao governador geral de Angola os exemplares inclusos da carta de lei de 23 de novembro deste anno, que alterou o decreto com força de lei de 30 de setembro de 1852; e do decreto de 28 do mesmo mez, que manda proceder a eleição, e contém varias disposições regulamentares, e igualmente a copia authectica do decreto de 21 do corrente mez, que estabeleceu os novos circulos eleitoraes em algumas das provincias ultramarinas, em observancia do artigo 25.º da carta de lei de 23 de novembro findo; a fim de que o mesmo governador geral, na conformidade da legislação e regulamentos em vigor, expeça as ordens necessarias para que se proceda á eleição que deve ter logar.

Paço, em 28 de dezembro de 1859.—**Adriano Mauricio Guilherme Ferreri.**

Identicas aos governadores da India, Moçambique, e Timor.

Por noticias recebidas de Cabo Verde, que chegam a 23 de dezembro ultimo, consta que cessaram completamente os receios de fome na ilha de Santiago, que aliás eram muito exaggerados; pois que appareceram no dia 15 de novembro, e continuaram regularmente em dias successivos, abundantes chuvas que salvaram a maior parte da sementeira do milho, e toda a do feijão, a qual promette uma abundante colheita. Consta igualmente que choveu em quasi todas as outras ilhas, o que dá bem fundadas esperanças de que tambem n'essas ilhas não appareça fome, como se temia; havendo apenas receios de que venha a sentir-se alguma falta nas do Fogo e Brava.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS

Manda Sua Magestade El-Rei, pela secretaria de estado dos negocios estrangeiros, remetter ao presidente da junta do deposito publico d'esta capital a inclusa primeira via de uma letra, a 60 dias vista, endossada á ordem da mesma junta, sacada sobre Duarte Carvalho e companhia, d'esta praça, da quantia de 561\$162 réis em metal, correspondentes a 1:195\$275 réis em moeda brasileira, valor recebido do consul geral de Portugal no Rio de Janeiro, proveniente dos espolios por elle arrecadados por fallecimento dos subditos portuguezes constantes da relação adjunta.

Paço, em 7 de janeiro de 1860.—**Duque da Terceira.**

RELAÇÃO DOS ESPOIOS ARRECADADOS E LIQUIDADOS PELO CONSULADO GERAL DE PORTUGAL NO RIO DE JANEIRO, CUMOS SALDOS A FAVOR DOS HERDEIROS, SÃO REMETIDOS AO DEPOSITO PUBLICO DE LISBOA

Maria Prestello da Camara 52\$5890

Paulo Julia 56\$828

Quarta-feira 11 de Janeiro

PREÇOS

ASSIGNATURAS

COM ESTAMPILHA

Por um anno	12\$000
Por seis mezes	6\$600
Por tres mezes	3\$600

Comunicados e correspondencias, por linha \$060

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realisar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios ou comunicados, deve vir acompanhada da importância das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do *Diario de Lisboa*, rua Augusta n.º 224 e 226.

nhas, obtendo patente por 15 annos, a contar de 2 de abril de 1859 a 2 de abril de 1874.—Ainda não solicitou o alvará.

2 Janeiro, introdutor de fabrico de tubos de todos os modelos de folha de capa plumbeada (ferro), obtendo patente por 5 annos, a contar de 4 de maio de 1859 a 4 de maio de 1864.—Idem.

3 Eduardo Hunt e Henry Davis Pochin, inventores do aperfeiçoamento no tratamento e applicação das resinas, e das substancias resinosas, obtendo patente por 10 annos, a contar de 18 de maio de 1859 a 18 de maio de 1869.

4 Paulo Francisco Aerts, inventor do methodo de lubrificar o material circulante dos caminhos de ferro, e outras partes moveis das machinas, obtendo patente por 10 annos, a contar de 14 de julho de 1859 a 14 de julho de 1869.

5 José Quintães e Joaquim Augusto Lima, inventores de machinas de vapor para transitar pelas estradas de rodagem ou vias ordinarias, e ruas das povoações, sem que estas sejam revestidas de carris de ferro ou madeira (transway) para conduzir carruagens, carros ou quaesquer vehiculos, obtendo patente por 15 annos, a contar de 10 de agosto de 1859 a 10 de agosto de 1874.

6 Leopoldo Amourous, inventor de apparelho portatil de limpeza indolora com divisor e desinfectante, convertendo nas materias solidas em estrume, obtendo patente por 15 annos, a contar de 7 de dezembro de 1859 a 7 de dezembro de 1874.—Ainda não solicitou o alvará.

7 Luiz Guilherme Perreux, inventor do novo systema de valvulas de caoutchouc, ou qualquer outra materia elastica e flexivel, com applicação a bombas, pistões, etc., obtendo patente por 11 annos e 86 dias, a contar de 16 de dezembro de 1859 a 11 de março de 1871.

8 João Maria Decombes, introdutor de serras sem fim de Perrin, *scies sans fin*, assim denominadas pelo auctor, obtendo patente por 5 annos, a contar de 26 de dezembro de 1859 a 26 de dezembro de 1864.—Ainda não solicitou o alvará.

Repartição do commercio e industria, 4 de janeiro de 1860.—**João Palha de Faria Lacerda.**

Para conhecimento do publico, e principalmente da classe industrial, se declara que n'esta data se remetteu para o instituto industrial, na conformidade da disposição do artigo 25.º do decreto de 31 de dezembro de 1852, o duplicado da descripção do privilegio concedido a João Maria Decombes para serras sem fim de mr. Perrin, não só para a necessaria instrução dos industriaes, mas tambem para os effeitos legais que resultam do já citado decreto que regula a concessão dos privilegios.

Repartição do commercio e industria, em 10 de janeiro de 1860.—**João Palha de Faria Lacerda.**

DIRECÇÃO GERAL DO COMMERCIO E INDUSTRIA

Repartição de agricultura

ALFANDEGA MUNICIPAL DE LISBOA

Mappa da entrada, existencia, e preços dos cereaes em janeiro de 1860, no dia abaixo designado

	TRIGO		CEVADA		MILHO		CENTEIO		FARINHA	
	Mols	Alq.	Mols	Alq.	Mols	Alq.	Mols	Alq.	Mols	Alq.
Dia 5.....	(Entrada, nacionaes.....)									
	(Existencia.....)									
	4:206	88	1:980	27	2:435	28	1:090	37	341	—
Preços.....	600 a 860		380 a 440		440 a 500		—		—	

Repartição de agricultura, em 10 de janeiro de 1860.—**Rodrigo de Moraes Soares.**

TRIBUNAL DE CONTAS

No processo de julgamento da conta da camara municipal do concelho de Tondella pela sua responsabilidade no anno economico de 1855 a 1856, se preferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que visto o presente processo de ajustamento de conta da responsabilidade da camara municipal do concelho de Tondella pela sua gerencia no anno economico de 1855 a 1856, e em face do orçamento a fl. 133, mostra-se que o rendimento d'aquelle concelho no indicado anno fora computado em 4:490\$542 réis, e que subtrahindo d'esta somma a quantia de 1:474\$115 réis, importancia das dividas activas, fica reduzido o rendimento proprio do anno a réis 3:016\$427; pelo que, e em vista do disposto no artigo 11.º n.º 2 do decreto com força de lei de 19 de agosto do corrente anno, não compete ao tribunal, o julgamento deste processo.

Lisboa, 23 de dezembro de 1859.—**Larcher, relator — Margiochi — Lara — Albergaria — Dr. Nogueira Soares.**—Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme.—**Secretaria do tribunal de contas, 5 de janeiro de 1860.—Caetano Francisco Pereira Garcez.**

No processo de julgamento da conta da camara municipal do concelho de Cabeciras de Basto, no anno economico de 1857 a 1858, se preferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho na 1.ª secção do tribunal de contas: que em face do orçamento geral, fl. 17 verso d'este processo da receita e despesa da camara municipal do concelho de Cabeciras de Basto, do anno economico de 1857 a 1858, accusando um rendimento inferior ao que se marca no n.º 2.º do artigo 11.º do decreto de 19 de agosto ultimo para estabelecer a jurisdicção d'este tribunal em relação a taes contas lhe não compete o julgamento da de que se trata.

Tribunal de contas, 20 de dezembro de 1859.—**Paiva Pereira — Correia Caldeira — Sampaio — Lobo.** Está conforme.—**Secretaria do tribunal de contas, 5 de janeiro 1860.—Caetano Francisco Pereira Garcez.**

No processo de julgamento da conta da camara municipal do concelho do Mogadouro, no anno economico de 1856 a 1857, se preferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: visto o presente processo de ajustamento de conta da camara municipal do concelho do Mogadouro, pela sua gerencia no anno economico de 1856 a 1857; mostra-se pelos documentos de fl. 1 a 9 e pe-

las informações da segmda direcção d'este tribunal a fl. 68 e 70 não ter a referida camara apresentado orçamento para o anno de que se trata, nem para os annos anteriores até 1850 a 1851, ultimo orçamento de que ha noticia, approved por accordo do conselho de districto em 12 de dezembro de 1850, e se acha junto ao processo da conta d'esse anno, a qual, por accordo do tribunal de contas de 28 de outubro do anno corrente, foi mandada devolver, por não lhe competir o julgamento d'ella. Consultado o referido orçamento de 1850 a 1851, mostra-se que exclusas as quantias de 241\$639 réis, importancia do saldo que passou do anno anterior, e 107\$000 réis, importancia das dividas activas, fora orçado o rendimento proprio do anno em 2:208\$897 réis, pelo que, e em vista do disposto no artigo 11.º n.º 2 do decreto com força de lei de 19 de agosto de 1859, não compete ao tribunal o julgamento d'este processo.

Lisboa, 23 de dezembro de 1859.—**Larcher, relator — Margiochi — Lara — Albergaria — Doutor Nogueira Soares.**—Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme.—**Secretaria do tribunal de contas, em 5 de janeiro de 1860.—Caetano Francisco Pereira Garcez.**

No processo de julgamento da camara municipal do concelho de Boticas, pela sua responsabilidade, no anno economico de 1854 a 1855, se preferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho na 1.ª secção do tribunal de contas: visto o orçamento geral da receita e despesa da camara municipal do concelho de Boticas districto administrativo de Villa Real, pertencente ao anno economico de 1854 a 1855, pelo qual se demonstra terem sido avaliados os rendimentos da referida municipalidade proprios d'aquelle anno economico, na quantia de 2:405\$193 réis; visto o que dispõem o n.º 2 do artigo 11.º do decreto de 19 de agosto de 1859, declaram não competir a este tribunal o julgamento da conta a que o presente processo se refere.

Tribunal de contas, 20 de dezembro de 1859.—**Lobo, relator — Paiva Pereira — Correia Caldeira — Sampaio.**—Fui presente, Blanc.

Está conforme.—**Secretaria do tribunal de contas, em 5 de janeiro de 1860.—Caetano Francisco Pereira Garcez.**

No processo de julgamento da conta da responsabilidade da camara municipal do concelho de Cintra, no anno economico de 1855 a 1856, se preferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho na 1.ª secção do tribunal de contas: visto o processo para julgamento da conta da responsabilidade da camara municipal do

concelho de Cintra no anno economico de 1855 a 1856; visto o orçamento do fl. 5 aprovado pelo conselho de districto; visto o relatório e informação da repartição, fl. 408, pelos quaes se mostra que a receita ordinaria e extraordinaria do anno, fora de 2:976\$621 réis; visto o § 2.º do artigo 11.º do decreto de 19 de agosto ultimo, que exige uma somma excedente a 4:000\$000 réis para fixar a competencia d'este tribunal, julgam que não pertence ao mesmo tribunal o exame d'esta conta.

Tribunal de contas, 20 de dezembro de 1859. — Sampaio, relator — Lobo — Paiva Pereira — Correia Caldeira. — Fui presente, Blanc.

Está conforme. — Secretaria do tribunal de contas, em 5 de janeiro de 1860. — *Caetano Francisco Pereira Garcez.*

No processo de julgamento da conta da responsabilidade da camara municipal de concelho de Mertola, no anno economico de 1854 a 1855, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho na 1.ª secção do tribunal de contas: visto o presente processo relativo á conta da gerencia da camara municipal do concelho de Mertola, districto administrativo de Beja, pertencente ao anno economico de 1854 a 1855: visto o orçamento geral fl. 33, competentemente aprovado pelo conselho de districto, por onde se mostra terem sido avaliados os rendimentos proprios do referido anno economico, relativos á sobredita municipalidade, em 2:834\$505 réis; visto finalmente o que dispõe o n.º 2 artigo 11.º do decreto, com força de lei, de 19 de agosto de 1859, declaram não competir a este tribunal o julgamento da conta de que se tracta.

Tribunal de contas, 20 de dezembro de 1859. — Lobo, relator — Paiva Pereira — Correia Caldeira — Sampaio. — Fui presente, Blanc.

Está conforme. — Secretaria do tribunal de contas, em 5 de janeiro de 1860. — *Caetano Francisco Pereira Garcez.*

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de Francisco Vieira da Silva Pereira, como sub-director da alfandega de Villa Nova da Cerveira, no anno economico de 1854 a 1855, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho na 1.ª secção do tribunal de contas: que mostrando-se do relatório fl. 23, e liquidação fl. 2 deste processo, importar o debito e o credito da conta da gerencia de Francisco Vieira da Silva Pereira, como sub-director da alfandega de Villa Nova da Cerveira, no anno economico de 1854 a 1855, n'uma identica somma de 1:317\$704 réis, proveniente tanto de rendimentos como de tomadias, incluída no credito a quantia de 63\$854 réis, que passou por balanço a cargo do mesmo responsavel para a immediata conta do anno de 1858 a 1859; comprovando-se as entregas realizadas no cofre central do districto com os talões dos recibos do fl. 8 a fl. 19; e não havendo o interessado impugnado esta liquidação para examinar a qual fora devidamente citada: julgam o sobredito Francisco Vieira da Silva Pereira quite com a fazenda pela sua gerencia de sub-director da alfandega de Villa Nova da Cerveira no anno economico de 1857 a 1858, com a declaração de passar a seu cargo para a conta do seguinte anno o indicado saldo de réis 63\$854.

Tribunal de Contas, 20 de dezembro de 1859. — Paiva Pereira, relator — Correia Caldeira — Sampaio — Lobo. — Fui presente, Blanc.

Está conforme. — Secretaria do tribunal de contas, em 5 de janeiro de 1860. — *Caetano Francisco Pereira Garcez.*

No processo de julgamento da conta da responsabilidade da camara municipal do concelho de Ovar, pela sua gerencia no anno economico de 1849 a 1850, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho na 2.ª secção do tribunal de contas: visto o presente processo de ajustamento de conta da responsabilidade da camara municipal do concelho de Ovar pela sua gerencia no anno economico de 1849 a 1850; visto o orçamento a fl. 3, 4, e 5, e respectivos accordos de approvação pelo conselho de districto fl. 6 e 7; visto os relatórios da 2.ª direcção; vista a resolução do tribunal a fl. 328 v.; visto o estado de final ajustamento de conta a fl. 330. Mostra-se que tendo sido auto-risada somente a despesa de 160\$000 réis para pagamento a quatro cirurgiões mencionados no orçamento na razão de 40\$000 réis cada um, a camara excedeu a quantia que estava autorizada a despendar por esta verba, em 40\$000 réis, que pagou a mais outro cirurgião alem dos referidos quatro. Mostra-se igualmente que havendo o conselho de districto, em seu accordo negado approvação á verba de 20\$000 réis, inserta pela camara no seu orçamento, com applicação ás despesas do expediente da secretaria, reduzindo a dita verba á quantia de réis 12\$000, a camara municipal não attendera a esta redução e despendera effectivamente a quantia de 20\$000 réis descripta no orçamento, excedendo assim em 8\$000 réis a despesa autorizada, o que tudo ponderado e o mais que do processo consta; e mostrando-se pelos documentos a fl. 229, 272 e 273 que a camara fora devidamente citada e ouvida no presente processo, julgam bem e devidamente ajustada a conta a fl. 330 da camara municipal do concelho de Ovar pela sua gerencia no anno economico de 1849 a 1850, e declaram a sobredita camara responsavel ao cofre do municipio pelo saldo de 231\$791 réis que a conta mostrou, e condemnaram o presidente e vereadores que tiveram a seu cargo a gerencia do municipio no indicado anno economico a entrar no cofre do mesmo municipio com a quantia de 48\$000 réis que illegalmente despenderam.

Tribunal de contas, 23 de dezembro de 1859. — Larcher, relator — Margiochi — Albergaria — Dr. Nogueira Soares. — Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme. — Secretaria do tribunal de contas, em 9 de janeiro de 1860. — *Caetano Francisco Pereira Garcez.*

No processo de julgamento da conta da camara municipal do concelho de Oliveira de Azeite, pela sua responsabilidade no anno economico de 1853-1854, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: visto o presente processo de ajustamento de conta da camara municipal do concelho de Oliveira de Azeite, pela sua gerencia no anno economico de 1853-1854; mostra-se pelo orçamento a fl. 4 v., que o rendimento proprio d'esse anno fora calculado em 2:969\$800 réis, pelo que, e em vista do disposto no artigo 11.º, n.º 2, do decreto, com força de lei, de 19 de agosto de 1859, não compete ao tribunal o julgamento d'este processo.

Lisboa, 23 de dezembro de 1859. — Larcher, relator — Margiochi — Lara — Albergaria — Dr. Nogueira Soares. — Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme. — Secretaria do tribunal de contas, em 9 de janeiro de 1860. — *Caetano Francisco Pereira Garcez.*

No processo de julgamento da conta da responsabilidade da camara municipal do concelho de Valença, no anno economico de 1853-1854, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho na 1.ª secção do tribunal de contas: que mostrando-se pelos orçamentos geral e supplementares a fl. 3, 5 e 7 deste processo, que o rendimento da camara municipal do

concelho de Valença no anno economico de 1853 a 1854 importara em 2:482\$515 réis, e sendo esta quantia inferior á que exige o n.º 2 do artigo 11.º do decreto de 19 de agosto ultimo, para determinar a jurisdicção do tribunal, em relação a semelhante conta, lhe não compete o seu julgamento.

Tribunal de contas, 20 de dezembro de 1860. — Paiva Pereira, relator — Correia Caldeira — Sampaio — Lobo. — Fui presente, Blanc.

Está conforme. — Secretaria do tribunal de contas, em 9 de janeiro de 1860. — *Caetano Francisco Pereira Garcez.*

No processo de julgamento da conta da responsabilidade da camara municipal do concelho de Albufeira no anno economico de 1853-1854, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que visto o orçamento a folhas 5 a 9, pelo qual se mostra que a receita propria da camara municipal do concelho de Albufeira, para o anno economico de 1853 a 1854, não prefaz a quantia de 4:000\$000 réis, depois de extinto o saldo e as dividas activas que passaram dos annos economicos anteriores, e visto o n.º 2 do artigo 11.º do decreto com força de lei de 19 de Agosto ultimo, e mais termos do processo, não compete a este tribunal o julgamento da conta da gerencia da referida camara municipal no dito anno economico de 1853-1854.

Lisboa, 23 de dezembro de 1859. — Margiochi, relator — Lara — Albergaria — Larcher — Dr. Nogueira Soares. — Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme. — Secretaria do tribunal de contas, em 9 de janeiro de 1860. — *Caetano Francisco Pereira Garcez.*

No processo de julgamento da conta da responsabilidade da camara municipal do concelho de Santo Thyrsio, no anno economico de 1854 a 1855, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que visto o orçamento aprovado pelo conselho de districto em sessão de 14 de junho de 1854, e o que dispõe o n.º 2 do artigo 11.º do decreto com força de lei de 19 de agosto do corrente anno, não compete ao mesmo tribunal o julgamento da conta da responsabilidade da camara municipal do concelho de Santo Thyrsio no anno economico de 1854 a 1855, de que se trata neste processo.

Lisboa, 23 de dezembro de 1859. — Lara, relator — Albergaria — Dr. Nogueira Soares — Larcher — Margiochi. — Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme. — Secretaria do tribunal de contas, em 9 de janeiro de 1860. — *Caetano Francisco Pereira Garcez.*

No processo de julgamento da conta da camara municipal do concelho de Marco de Canavezes pela sua responsabilidade no anno economico de 1854 a 1855, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho na 2.ª secção do tribunal de contas: que visto o presente processo de ajustamento de contas da camara municipal do concelho de Marco de Canavezes, pela sua gerencia no anno economico de 1854 a 1855, mostra-se pelo orçamento a fl. 10 v., que o rendimento annual do dito concelho no anno de que se trata, fora calculada em 2:857\$480 réis, incluindo-se n'esta somma réis 452\$078, saldo da conta do anno anterior, e 288\$052 réis, importancia das dividas a receber; mostra-se que deduzidas estas duas addições da quantia orçada fica o rendimento annual do referido concelho reduzido a 2:117\$350 réis; pelo que, vista a disposição do artigo 11.º, n.º 2 do decreto com força de lei de 19 de agosto do corrente anno, não compete ao tribunal o julgamento d'este processo.

Lisboa, 23 de dezembro de 1859. — Larcher, relator — Margiochi — Lara — Albergaria — Dr. Nogueira Soares. — Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme. — Secretaria do tribunal de contas, em 9 de janeiro de 1860. — *Caetano Francisco Pereira Garcez.*

No processo de julgamento da conta da camara municipal do concelho de Botica pela sua responsabilidade no anno economico de 1855 a 1856, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho na 1.ª secção do tribunal de contas: visto o processo para julgamento da conta da responsabilidade da camara municipal do concelho de Botica no anno economico de 1855 a 1856; visto o orçamento a fl. 5, e o orçamento supplementar a fl. 8, vista a informação e relatório da repartição a fl. 160, pela qual se mostra que a receita ordinaria e extraordinaria do anno fora de 2:263\$201 réis; visto o § 2.º do artigo 11.º do decreto de 19 de agosto ultimo, que exige uma somma excedente a 4:000\$000 réis para fixar a competencia d'este tribunal, julgam que não pertence a este tribunal o exame e verificação d'esta conta.

Tribunal de contas, 20 de dezembro de 1859. — Sampaio, relator — Lobo — Paiva Pereira — Correia Caldeira. — Fui presente, Blanc.

Está conforme. — Secretaria do tribunal de contas, em 5 de janeiro de 1860. — *Caetano Francisco Pereira Garcez.*

No processo de julgamento da conta da responsabilidade da camara municipal do concelho de Peso da Regua no anno economico de 1851 a 1852 se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho, na 1.ª secção do tribunal de contas: que visto o processo para o julgamento da conta da gerencia da camara municipal do concelho de Peso da Regua no anno economico de 1851 a 1852; visto o orçamento da receita a fl. 3, na importancia de 3:785\$531 réis devidamente aprovado pelo conselho de districto, em sessões de 11 de julho e 1.º de agosto de 1851, segundo consta dos officios juntos a fl. 10 e 12; visto o que se determina no artigo 11.º, n.º 2 do decreto de 19 de agosto do corrente anno, declaram que não compete a este tribunal o julgamento da conta de que se trata, não obstante ter sido superior a 4:000\$000 réis a receita municipal do dito anno economico.

Tribunal de contas, 20 de dezembro de 1859. — Correia Caldeira — Sampaio — Lobo — Paiva Pereira. — Fui presente, Blanc.

Está conforme. — Secretaria do tribunal de contas, em 5 de janeiro de 1860. — *Caetano Francisco Pereira Garcez.*

No processo de julgamento da conta da responsabilidade da irmandade do Santissimo Sacramento da freguezia de S. Paulo de Lisboa, no anno economico de 1852 a 1853, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que visto o orçamento que fez parte d'este processo pelo qual se mostra que a receita da irmandade do Santissimo Sacramento da freguezia de S. Paulo de Lisboa, para o anno economico de 1852 a 1853, não prefaz a quantia de 4:000\$000 réis, depois de deduzido o saldo que passou do anno economico anterior; e visto o n.º 2 do artigo 11.º do decreto com força de lei de 19 de agosto do presente anno, não compete a este tribunal o julgamento da conta de que se trata este processo.

Lisboa, 23 de dezembro de 1859. — Margiochi, relator — Lara — Albergaria — Larcher — Dr. Nogueira Soares. — Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme. — Secretaria do tribunal de contas, em 9 de janeiro de 1860. — *Caetano Francisco Pereira Garcez.*

No processo de julgamento da conta da responsabilidade da camara municipal do concelho de Montalegre, no anno economico de 1855-1856 se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho na primeira secção do tribunal de contas: que em face do orçamento fl. 114 da receita e despesa da camara municipal do concelho de Montalegre do anno economico de 1855 a 1856, accusando um rendimento annual inferior ao que se exige pelo n.º 2 do artigo 11.º do decreto de 19 de Agosto ultimo para sujeitar a mesma camara á jurisdicção d'este tribunal — não compete o julgamento de semelhante conta ao referido tribunal.

Tribunal de contas, 27 de dezembro de 1859. — Paiva Pereira, relator — Correia Caldeira — Sampaio — Lobo. — Fui presente, Blanc.

Está conforme. — Secretaria do tribunal de contas, em 9 de janeiro de 1860. — *Caetano Francisco Pereira Garcez.*

No processo de julgamento da conta da responsabilidade da comissão administrativa da santa casa da misericórdia da villa de Cintra, no anno economico de 1854-1855, se proferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que visto o orçamento geral de fl. 4 e o orçamento supplementar de fl. 5, pelos quaes se mostra que a receita da casa da misericórdia da villa de Cintra, para o anno economico de 1854-1855, não prefaz a quantia de 4:000\$000 réis; e visto o n.º 2 do artigo 11.º do decreto, com força de lei, de 19 de agosto do corrente anno, e mais termos d'este processo, não compete a este tribunal o julgamento da conta da gerencia da comissão administrativa da referida misericórdia no mencionado anno economico de 1854-1855.

Lisboa, 23 de dezembro de 1859. — Margiochi, relator — Lara — Albergaria — Larcher — Nogueira Soares. — Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme. — Secretaria do tribunal de contas, em 9 de janeiro de 1860. — *Caetano Francisco Pereira Garcez.*

EDITAL

A camara municipal de Lisboa faz constar ao publico que desde o 1.º do corrente mez se acham em vigor para esta cidade, as disposições do decreto de 20 de junho de 1859 para o uso da medida linear, em virtude do que tem expedido as convenientes ordens aos zeladores, para vigiar o seu cumprimento; e para que ninguém possa allegar ignorancia, abaixo vão transcriptos os artigos 1.º, 2.º, e 3.º do dito decreto, a fim de que todos fiquem certos das suas disposições.

Artigo 1.º Desde o 1.º de janeiro de 1860 fica em vigor para Lisboa, e desde o 1.º de março para as outras povoações do reino e ilhas, o novo systema de medidas, decretado em 13 de dezembro de 1852, mas somente por em quanto para o uso da medida linear.

Art. 2.º Desde a referida epocha ficam abolidas, e serão consideradas illegaes, as varas, os covados, e quaisquer outras medidas lineares, que todas serão substituídas pelo metro, seus multiplos e divisores, dos quaes somente será licito usar.

Art. 3.º A fabricação, introdução ou venda das antigas medidas lineares será punida com a multa de 10 a 100\$000 réis, e de 10 a 50 dias de prisão, conforme a gravidade das circumstancias. O uso das referidas medidas será punido com a multa de 2 a 20\$000 réis, e 3 a 15 dias de prisão. Em ambos os casos serão apprehendidas as medidas illegaes.

O presente edital será publicado em diferentes jornaes, e affixado nos logares mais publicos d'esta cidade.

Camara, 9 de janeiro de 1860. — O presidente, Antonio Esteves de Carvalho.

REAL COLLEGIO MILITAR

O conselho administrativo do real collegio militar ha de arrematar em hasta publica no dia 16 do corrente, pelas 11 horas da manhã, com arrolas de tocinho fresco para consumo do mesmo collegio, sob as condições que estão patentes no acto da licitação.

Real collegio militar na Luz, 4 de janeiro de 1860. — *Augusto Theotônio de Magalhães*, secretario.

HOSPITAL NACIONAL E REAL DE S. JOSÉ

A comissão encarregada internamente da administração do sobredito hospital e annexos manda annunciar que no dia 18 do corrente mez, pelas 11 horas, na sala das suas sessões, ha de contratar em praça publica, e por meio de propostas em cartas fechadas, que hão de ser abertas n'aquelle acto, o fornecimento dos seguintes generos:

Tonico para um anno,
Azeite por tempo de um anno,
Arroz, manteiga e massas por tempo de tres mezes.

As pessoas que houverem de concorrer á sobredita arrematação apresentarão as mencionadas propostas no dia 16 do presente mez, n'esta contaduria, acompanhadas das amostras dos ditos generos, a fim de serem previamente examinados pelo facultativo que estiver de serviço na inspecção dos generos que entram para a despesa.

As condições para o fornecimento estarão patentes no dia da apresentação das propostas.

Contaduria do hospital do S. José, 10 de janeiro de 1860. — O official maior, Manuel Cesario de Araújo e Silva.

ASYLO DA MENDICIDADE

N'este estabelecimento se recebeu da ex.ª sr.ª condessa de Penafiel, no dia 8 do corrente, a esmola de 100\$000 réis, sufragando a alma de seu fallecido pae o ex.º sr. conde de Penafiel.

Lisboa, 10 de janeiro de 1860.

CAMINHOS DE FERRO PORTUGUEZES

A empresa constructora precisa comprar 30:000 travessas para a via. As pessoas que pertencerem fornece-las deverão dirigir-se ao escriptorio central da empresa, largo do Calhariz, onde se acharão patentes as dimensões e demais condições, desde o dia 9 até o dia 14 do corrente inclusive, das 10 horas da manhã ás 4 da tarde.

Lisboa, 7 de janeiro de 1860. — O chefe dos depositos, Carlos Joaquim Pereira Monteiro.

Relatório da epidemia da febre amarella em Lisboa, no anno de 1857, feito pelo conselho extraordinario de saúde publica do reino, creado por decreto de 29 de setembro de 1857

(Continuado do n.º 6)

O estudo dos elementos meteorologicos que acabam de ser registados, e o das variações electricas e ozonometricas, não dão nos quatro mezes, que precederam a invasão e maior desenvolvimento da influencia epidemica, rasão que explique plausivelmente a sua appareição; salvo o facto da mais alta temperatura em alguns dias do mez de julho; sendo para notar que n'este verão os dias de mais alta temperatura foram em julho, e nos annos anteriores tinham sido em agosto.

O céu conservou-se geralmente sereno e limpo, e o tempo no resto do anno correu de tal modo que se pôde dizer que o outono e o inverno, se não

fora a epidemia da febre amarella, teriam sido os de duas formosas estações; tão regulares e amenos se mostraram.

N'estas circumstancias, pois, é que a epidemia veio assaltar a capital. Começou em julho. Todas as indagações feitas não dão antes d'este mez casos, que possam referir-se-lhes. Soube-se apenas que em maio, no largo de Santo Antonio, a S. Paulo, na casa n.º 4, 3.º andar, se recolhera um marítimo, vindo do Algarve, ao qual sobreviu uma febre com symptoms ataxo-adynamicos e hemorragias da pelle. Na mesma casa adoececeram depois e successivamente com os mesmos symptoms mais 9 pessoas da familia da casa, ou que a ella vinham habitualmente. A doença não atacou outros individuos, e pareceu ter caracter puramente typhoso.

O primeiro caso pois que pôde ao certo ser capitulado de febre amarella verificou-se no dia 22 de julho em um individuo, por nome José Francisco, empregado nos trabalhos braças da alfandega grande e da municipal, morador na rua da Padaria, n.º 33, 3.º andar, casa de malta, onde também habitavam outros trabalhadores do mesmo serviço das duas alfandegas.

Este doente, segundo a informação official do facultativo que o tratou, Frederico Zacharias de Oliveira, teve calafrios, cephalalgia supra-orbitaria, e em seguida ao terceiro dia febre com vomito bilioso, e ao quarto dia o vomito depositava fragmentos cor de tabaco: o doente tornou-se icterico, delirou, e morreu ao quinto dia.

Ainda segundo caso ocorreu no mez de julho em uma mulher moradora na rua de S. Pedro, freguezia de S. Miguel de Alfama. Foi atacada no dia 29, e falleceu em 2 de agosto. Era visinha de empregados de trabalhos das alfandegas, e tinha relações com elles.

A estes casos seguiu-se o de José Joaquim Rodrigues, empregado na alfandega grande, morador na mesma rua e casa do primeiro doente, mas no 2.º andar. Adoeceu no 1.º de agosto, e foi atacado na alfandega estando ali de quarto. Começou por sentir calafrios, dores supra-orbitarias e lombares, seguiu-se febre, injeção da face, grande anxiedade, e insomnia; ao terceiro dia diarrheia biliosa e hepatalgia; ao quarto cor icterica geral bem pronunciada; do quinto ao setimo dia a lingua secca, delirio, hemorragia das mucosas e das superficies vesiculares, mostrando-se a mesma disposição hemorragica nas seccuras das bixas e da sangria; alem d'isso grande prostração, tympanite, erupção petechial e echymoses. Morreu ao setimo dia.

Em seguida adoececeram a mulher e tres filhos menores de José Joaquim Rodrigues, e successivamente, no 3.º andar da casa, muitos dos companheiros de José Francisco (1.º atacado).

O mal estendeu-se depois aos habitantes de todos os andares da casa, incluindo o terreo, que era uma fabrica de massas, onde adoececeram as pessoas n'ella empregadas, e as que vieram depois substitui-las.

O doente José Joaquim Rodrigues (3.º atacado) foi observado e tratado pelo facultativo, Francisco Antonio Brandão, e os companheiros de José Francisco foram observados pelos facultativos, Antonio Maria de Oliveira Soares, e Mathews José Baptista, os quaes informaram ter visto em todos estes doentes a mesma ordem de symptoms, e entre estes bastantes vezes o vomito preto. O sub-delegado, Mathews José Baptista, tratou também Thereza de Jesus, mulher de José Joaquim Rodrigues, a qual adoeceu de febre sobre parto, e viu também os tres filhos doentes, todos na mesma casa.

Estes casos marcam o principio da epidemia. Considerados isoladamente, e sem a ligação que tiveram com os que se seguiram, poderiam ser objecto de alguma duvida, quanto ao diagnostico, e reputar-se casos de febre biliosa, como foram chamados em principio por alguns dos praticos que os observaram; mas a maneira por que se lhes seguiu o desenvolvimento epidemico, e a forma que a epidemia tomou, não deixa nenhuma duvida a respeito da sua origem e natureza.

Pelo mez de agosto a doença, lavrando na casa da rua da Padaria, onde começou, foi ganhando as outras da mesma rua, apparecendo também na das Canastras, do Almagrem, dos Arameiros, da Magdalena, beco do Jardim, no campo das Cebolas, á Ribeira Velha, no largo do Chão do Loureiro e no pateo do Landim, a S. Christovão, na rua das Olarias, da freguezia dos Anjos, na rua da Paz, freguezia de Santa Catharina, e na praça de D. Pedro.

Foram 9 os fallecidos da doença em todo o mez, e os ataques por conseguinte na proporção, posto que ainda em pequeno numero. Estes casos porém precisam ser mais particularmente examinados, para se poder julgar da relação que tiveram entre si, e com a origem e causas da epidemia.

Um dos primeiros doentes, se não o primeiro da rua das Canastras, por nome Domingos José Fernandes, era cunhado de José Joaquim Rodrigues, que morreu na rua da Padaria, e a quem servia de enfermeiro dois dias. Veiu depois adoececer á rua das Canastras na casa n.º 23, 1.º andar, em 11 de agosto, e morreu a 14 tendo tido os symptoms mais característicos da febre amarella. Este individuo pertencia também á companhia dos trabalhos braças da alfandega grande.

O primeiro caso do campo das Cebolas, á Ribeira Velha, é o de uma mulher que foi atacada no dia 27 de agosto, e morreu icterica e com vomito preto poucos dias depois. Esta mulher tinha uma taberna, na qual recebia muito especialmente os trabalhadores da alfandega.

No beco do Jardim a pobre mulher, que ali foi a primeira victima da febre amarella, passava o dia á porta da alfandega grande, vendendo generos alimentares aos homens de trabalho da repartição.

O facultativo, Manuel Gil, informou ter visto os dois primeiros doentes de febre amarella no armazem do boqueirão da Palha, na Ribeira Velha, n.º 2 e 3. Adoececeram a 12 e a 27 de agosto. Um, José Bento Alfama, foi para o hospital de S. José, e o outro, João José Martins, foi transferido para a rua dos Romulares, n.º 6, na sobreloja, tendo antes estado no armazem do largo do Pelourinho, n.º 4, onde depois foram adoececendo os caixeiros.

No principio de setembro adoeceu outro individuo no mesmo armazem do boqueirão da Palha, e foi removido para a hospedaria dos dois irmãos unidos, ao Rocio, e depois para o hospital de Santa Anna, onde falleceu, verificando-se pela autopsia ter as lesões caracteristicas da febre amarella. Doze dias depois da saída d'este doente adoeceu, no dia 20 de setembro, na mesma hospedaria um creado que lhe serviu de enfermeiro. No dia 22 adoeceu outro creado, e em seguida outros individuos da mesma hospedaria. Pouco depois appareceram no 2.º andar da casa proxima 5 pessoas atacadas, das quaes falleceram 3: a molestia foi lavrando pelos predios vizinhos.

No armazem do boqueirão da Palha, acima mencionado, tinham sido recebidos espelhos suspeitos pertencentes a alguns marinheiros, segundo foi referido pelo facultativo, Manuel Gil.

Nas freguezias de S. Lourenço e S. Christovão, segundo informou o sub-delegado, Antonio Maria de Oliveira Soares, os primeiros dois casos datam de 15 de agosto. Um, Antonio Ferreira de Moraes, morador no largo do Chão do Loureiro, n.º 11, 2.º andar, tinha loja de mercearia na rua dos Arameiros, á Ribeira Velha. Foi atacado na alfandega grande no dia 15 de agosto, e falleceu no dia 22. O outro, José Thomás Gonçalves da Cruz, morava no pateo do Landim, n.º 14, era carregador da com-

panhia do arroz da alfandega grande: falleceu ao sexto dia de doença. A 26 de agosto foi atacado o estudante, José Correia Chaves, na calçada do Marquez de Tancos. Depois, em setembro, estendeu-se a molestia por toda a freguezia, apparecendo nos dias 9 e 13 dois casos em dois irmãos de Antonio Ferreira de Moraes, o qual, como fica dito, morava no largo do Chão do Loureiro, e tinha loja de mercearia na rua dos Arameiros, onde os irmãos eram caixeiros. Até ao dia 15 de Setembro parecia que os casos tinham sido devidos a infecção importada de fóra d'aquella localidade; e d'ahi por diante a infecção existia na mesma localidade.

Na freguezia dos Anjos o primeiro caso foi o de Manuel Durão, no beco do Alegrete, n.º 64; adoeceu a 12 de agosto, e falleceu no hospital. Era moço de fretes no Ver o peso. Habitava em uma casa de malta, na rua da Padaria, com mais dez individuos, aguadeiros, empregados da alfandega e arcadores de assucar. Seguiu-se a 22 de agosto, na mesma casa, outro moço de fretes da Ribeira Velha, José Bento Gonçalves, que também foi morrer ao hospital; e depois mais 2 moços de fretes, 3 arcadores e 2 gallegos aguadeiros. O mal foi ganhando as habitações vizinhas, e formando n'esta freguezia uma especie de foco epidemico. Figuram também entre os primeiros casos o de Francisco Gregorio, polieiro do arsenal de marinha, que adoeceu a 4 de setembro, e no dia immediato adoeceu sua mulher Anna do Rozario. Moravam na rua das Olarias, n.º 25, loja.

No dia 11 de setembro pela tarde foi atacada n'esta mesma rua, n.º 52, loja, Joanna Rita; e oito dias depois, quando ella estava em convalescença, foi atacado o marido, que também se curou em dez dias. Estes dois individuos não tiveram relação alguma com os antecedentes; mas Joanna Rita ia frequentemente á cidade baixa para vender calção. N'este mesmo dia 11 adoeceu Josefa Rosa, creada de servir, que veiu emigrada da Ribeira Velha, e já doente, para o beco dos Captivos, n.º 18; morreu a 16 de setembro. Em seguida adoececeram a dona da casa e sua filha. Na travessa da Cruz, n.º 15, trataram-se dois empregados da alfandega, que vieram da rua das Canastras, onde tinham adoecido a 12 de setembro. E no largo das Olarias, n.º 63, a 19 de setembro, adoeceu um guarda da alfandega, e depois d'elle sua mulher.

A molestia como a forma epidemica começou na freguezia dos Anjos no beco do Alegrete, rua dos Lagares e rua da Oliveira, e estendeu-se depois pela calçada de Agostinho Carvalho, largo das Olarias e Paço do Bem Formoso, e para a freguezia do Socorro, que também era invadida pelo lado do sul. A epidemia accommetten fortemente todo o valle occupado pelas duas freguezias, e subiu pela encosta de um e outro lado, mas principalmente pelo lado oriental. Estendeu-se para a

principalmente homens da alfandega e pessoas de suas famílias.

Nos fins de agosto e princípios de setembro, o dr. Bizarro viu doentes com febre amarela nas ruas do Almagem, da Magdalena, do Correo Velho, do Salitre, na calçada do Marquez de Tancos, e a S. Vicente. Alguns d'estes doentes eram trabalhadores da alfandega. O que adoeceu ao Salitre era um bacalhoeiro com loja na Ribeira Velha.

Do mesmo modo que nos sitios referidos, appareceram desde o principio empregados da alfandega doentes na freguezia do Sacramento, na rua da Atalaya, a Santos o Velho, em Santa Catharina, S. Paulo, no Socorro de cima, no valle de Santo Antonio, rua do Conde, de S. Boaventura, Adica, Santa Martha, Cruz dos Quatro Caminhos, e até em Carmide, e isto antes que a doença reinasse n'esses sitios como epidemia, ou mesmo sem que esta ali chegasse nunca a desenvolver-se.

Ha com effeito no desenvolvimento d'esta epidemia, para cada bairro onde appareceu, dois periodos bem distinctos, que conven não confundir. No primeiro os doentes trazem todos a doença incubada, ou já desenvolvida, de outros sitios onde ella reinava; só por conseguinte casos de origem estranha á localidade. No segundo periodo origem as circumstancias são diferentes; os individuos não trazem de fóra a infecção, acham-na no mesmo districto que habitam, isto é, a epidemia, tendo extendido até ali a sua influencia, abrange depois mais essa área de população.

E assim que a doença, começando em agosto na rua da Padaria, ganhando ali força e desenvolvendo epidemico, se foi propagando ás ruas proximas das Canastras, do Almagem, da Ribeira Velha, Cruzes da Sé, rua dos Confiteiros, e só em setembro ás ruas mais distantes da Magdalena, dos Retrozeiros e da Prata.

A doença limitou-se a esta área até meado de setembro. Então foi-se espalhando pela rua dos Figueiros, rua Augusta e do Ouro, sendo a rua Augusta uma das menos atacadas. E assim foram também invadidas e accommetidas em força as ruas intermediarias da cidade baixa, a dos Donadores, do Arco do Bandeira, travessa da Palha, etc.

A epidemia propagou-se depois á praça de D. Pedro, especialmente pelo lado oriental, onde a hospedaria dos irmãos unidos teve consideravel numero de doentes, e passou immediatamente ás freguezias do Socorro e dos Anjos, que logo no principio havia tido casos isolados.

Pela rua dos Algebibes e Capellistas prolongou-se a epidemia ao Pelourinho, rua do Arsenal e Corpo Santo, d'onde subiu ao Ferregial. Houve muitos doentes no predio da esquina, fronteiro á porta principal do arsenal da marinha, onde havia uma hospedaria, e dentro do estabelecimento do arsenal adoeeceram numerosos operarios, dos quaes falleceram 106, começando a epidemia a exercer n'elles a sua acção, depois do meado de setembro, como ao diante se dirá mais circumstanciadamente.

A epidemia teve outro grande foco de irradiação no districto occidental, na rua da Paz e rua da Cruz, freguezia de Santa Catharina. Antes dos primeiros casos bem claros de febre amarela, que no fim de agosto se apresentaram n'esta freguezia, houve alguns de febre graves, que pelo modo isolado por que se manifestaram attraíram já então muito a attenção dos facultativos da localidade e do conselho de saúde, e foram considerados como suspeitos. O mais notavel d'estes casos foi o de Domingos Visita, que morava na rua da Paz, n.º 57 2.º andar, e era empregado nos trabalhos braças da alfandega grande; adoeceu a 8 de agosto e falleceu a 25. Este caso tendo sido considerado de diverso modo pelos diferentes facultativos, e tendo a mesma procedencia dos primeiros casos de febre amarela de outras freguezias e localidades, deve ser considerado como um dos mais suspeitos, e merece ser conhecido por um extracto da historia da molestia dado pelo assistente o facultativo Manuel Moniz Vieira.

O doente começou por ter febre com pulso cheio e duro, cephalalgia, olhos e faces injectadas, saburra amarella na lingua, sede ardente, sensibilidade epigastrica, tosse secca, ventre tympanico. Sangrado ao terceiro dia, o pulso tornou-se fraco e deprimido. Do terceiro ao quarto dia coma, enfraquecimento de vista e de ouvido, deglutição embaraçada, algum estertor, e hemiplegia do lado esquerdo. Estes symptomas cerebraes desvaneceram-se em dois dias, sobrevindo mais tosse com expectoração mucosa, oppressão respiratoria e ardor na parte anterior do peito, o que se desvaneceu também passados tres dias, sobrevindo ictericia geral e symptomas typhosos. A sede continuou intensa, a lingua tornou-se arida e escura, os dentes e gengivas fuliginosos, o hálito fetido, a respiração acce-lorada, a urina nos ultimos dias depositava sedimento pardo; appareceram sobrolhos tendinosos, hemorragias pela boca e pelo anus, gangrena nas superfícies vesicadas e sinapizadas, synnolencia e prostração geral. N'este estado typhoso o doente falleceu.

O primeiro caso nada duvidoso de febre amarela n'esta freguezia foi o de Antonio Pedro Valentin, carpinteiro de moldes, trabalhando no boqueirão do Duro, e morador na rua da Paz n.º 53, 1.º andar. Deu-se por doente no dia 26 de agosto, não se achando já bem desde 23, e falleceu no dia 31. No dia 29 adoeceu a sogra d'este individuo com a mesma molestia, e no dia 30 a mulher. A primeira curou-se e a segunda falleceu. Ambas viviam na dita casa n.º 53, e ambas trataram do doente. Seguiu-se depois o quarto caso da freguezia, e primeiro da rua da Cruz. Teve lugar em um coreiro morador no n.º 39, 2.º andar; adoeceu no dia 30, e falleceu no dia 1.º de setembro. A casa d'este individuo fica a nordeste da dos antecedentes com 60' pouco mais ou menos de distancia. Depois no n.º 43, que fica ao norte da casa antecedente, e só com o intervalo de um pequeno predio, adoeceu uma senhora no 1.º de setembro, e falleceu no fim de quatro dias. (Continua.)

PARTE NÃO OFFICIAL

NOTICIAS DO REINO

CONTINENTE

Aveiro—Segundo uns dados estatísticos que publica o *Campêdo das Províncias*, houve nos concelhos d'este districto a seguinte produção no anno findo:

Cera	600 arrobas	19 arrateis
Mel	584	1
Arroz	138-688 alqueires	
Trigo	106-686	
Milho	2-524-715	
Centeio	78-800	
Cevada	58-862	
Aveia	39-121	
Folhio	118-224	
Fava	3-065	
Grão de bico	1-410	
Chicharo	6-62	
Ervilha	2-581	
Tremocós	8-792	
Batata	269-460	

O consumo provavel feito pelas pessoas e animaes domesticos do districto no mesmo periodo, devia ser de

Trigo	129-053 alqueires
-------	-------------------

Milho	3-189-318 alqueires
Centeio	74-933
Cevada	53-544
Aveia	29-506
Folhio	98-937
Fava	2-769
Grão de bico	1-067
Ervilha	2-002
Chicharo	6-65
Tremocós	8-804
Batata	289-500
Nozes	63-249
Castanhas	54-254
Avelãs	306
Amendoas	480

—Logo nos primeiros dias da sua gerencia effec-tuou a camara municipal do concelho de Aveiro a arrematação dos reaes da carne dos talhos da cidade, e da carne e vinho das povoações rurais do concelho, que a municipalidade finda não tinha arrematado.

Os reaes da carne da cidade, que no anno findo renderam 900\$000 réis, foram arrematados pela mesma cifra.

Os reaes do vinho e carnes das quatro freguezias de Eiról, Requeixo, Eixo e Oliveira, que no anno findo produziram 600\$000 réis, arremataram-se este anno por 475\$000 réis.

As duas de Cacia e Esgueira, que no anno findo renderam 462\$000 réis, arremataram-se por 350\$ réis.

O logar de S. Bernardo, que no anno findo rendeu 30\$000 réis, arrematou-se este anno por 48\$ réis.

Attendendo á escassez da produção, e por consequencia á deficiencia do consumo, parece-nos que as rendas do municipio foram bem arrematadas.

Porto—No dia 5 do corrente effectueu-se a primeira sessão de assembléa geral, no presente anno, do *banco commercial do Porto*, conforme se acha determinado nos respectivos estatutos. Esta sessão era destinada para a eleição da mesa, leitura do relatório e balanço pertencentes á gerencia do anno findo, e igualmente para a eleição da commissão revisora de contas.

Segundo affirma o *Commercio do Porto* foi re-eleita a mesa composta dos srs. barão de S. Lourenço, presidente—Bernardo Pereira Leitão, vice-presidente—e secretarios os srs. Manuel A. Malheiro, e Manuel Joaquim de Araújo e Costa.

Do relatório, que tem de ser proximoamente publicado, vê-se que o dividendo proposto é de 5 1/2 % ou 11\$000 réis por acção, em que se comprehendem os 2 1/2 % do primeiro semestre já divididos, que passa para o fundo de reserva 1/2 % ou proximoamente 7-000\$000 réis, e que fica na conta de lucros e perdas para fazer face a 24-000\$000 réis de letras prejudicadas, a quantia de 15 contos novecentos e tantos mil réis.

De tudo isto se pôde concluir que, no meio dos desastres que esta praça tem soffrido, o banco commercial se apresenta com o seu capital devidamente garantido, augmenta o seu fundo de reserva, que fica orçando por 70-000\$000 réis, e dá aos seus accionistas um bom dividendo.

A commissão do exame de contas ficou composta dos srs. visconde de Lagoa, José Joaquim Leite Guimarães, e José Ferreira dos Santos Silva.

—No mesmo dia em que se effectuou a reunião que acima citamos dos accionistas do banco commercial portuense, reuniu-se a assembléa geral da companhia de seguros—*Douro*—para lhe se presente o relatório com respeito á administração economica d'esta companhia no anno findo, e bem assim proceder á eleição da commissão de exame de contas.

Em seguida á leitura do competente relatório, conforme diz uma folha portuense, fez-se a eleição da dita commissão, que ficou composta dos srs. Antonio Lopes das Neves, Miguel Antonio Pinto, e Antonio Domingues de Oliveira Gama, que devem apresentar o seu parecer na assembléa geral, que tem de se reunir no dia 16 do corrente.

—O conselho municipal da cidade do Porto, nomeado em conformidade do codigo administrativo pela camara municipal transacta, e que deve servir no presente biennio de 1860 a 1861 junto da actual vereação, é composto dos seguintes cidadãos:

Vogaes effectivos—visconde da Trindade, Antonio Bernardo Ferreira, José Maria Rebelo Valente, João Pacheco Pereira, Manuel Fernandes da Costa Guimarães, João Ribeiro Braga, Simão Duarte de Oliveira, visconde de Villa Verde, Thomaz Antonio de Araújo Lobo, Antonio José Cabral, e José Vaz de Araújo Veiga.

Substitutos—Florindo José Teixeira de Carvalho, Manuel Guedes da Silva da Fonseca, Alexandre José da Silva Almeida Garrett, Manuel Martins Tintoreiro, João Antonio de Sousa Guimarães, conde de Terena, João Gomes da Silva, Antonio Ferreira Pinto Basto, Domingos José de Castro, José Ferreira dos Santos Silva, e Antonio Joaquim de Andrade Villares.

NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos jornaes de Madrid até 7 do corrente, e de Paris até 4.

O governo hespanhol recebeu do theatro da guerra os seguintes despachos telegraphicos:

Ceuta, 5 de janeiro—O commandante em chefe do exercito da Africa, ao ministro da guerra.—Acampamento de Condesa, 5 de janeiro ás 5 horas da tarde.—Não occorreu novidade.—O inimigo não fez movimento algum. Amanhã (6) o general Garcia, na falta do general Zavala, passará, com o segundo corpo, á esquerda do monte Negron, a fim de proteger os trabalhos nos pontos em que o transito é difficil. O terceiro corpo, a divisão de reserva, e a cavallaria permanecerão nas suas posições, a não ser que os movimentos do inimigo me obriguem a mudar de plano.

Ceuta, 6—Posição de Lagunas, 6 de janeiro, ás 10 horas da manhã.—As 4 da madrugada, o segundo corpo comprehendendo o movimento de atravessar o desfiladeiro entre Lagunas e o mar, movimento que se realizou sem se disparar um tiro. O terceiro corpo toma posições a fim de proteger a passagem da divisão Prim e das bagagens, artilheria, etc. etc., e, d'aqui a 3 horas, creio que terá passado todo o exercito. O inimigo recebeu ser cercado pelas nossas tropas, e por isso não fez movimento algum; porém mesmo quando o fizesse, as nossas posições são taes que certamente o derrotariam.

Ceuta, 7—Acampamento do monte Negron, 7 de janeiro, ás 5 horas e 30 minutos da tarde.

—O general Garcia tomou, sem difficuldade, posse das posições do monte Negron, e protegeu a passagem do resto do exercito, artilheria, bagagens, etc. etc. Parece impossivel como conseguimos tomar as posições que occupamos, sem que tivéssemos logar um combate mortifero; apenas soffremos algum fogo, mas pouco vivo, de atiradores.—O movimento foi coroado do melhor resultado possivel, por quanto tomámos as posições sem mais perdas do que um morto e tres feridos (todos soldados), segundo as informações que até agora pude colher.

Além d'estes, os jornaes hespanhoes publicam os seguintes **DESPACHOS TELEGRAPHICOS**

Despachos dados pela *Correspondencia de Espana*: **Londres, 5 de janeiro**—O *Times*, alludindo ao boato de que o governo francez pretende regulari-

sar a questão italiana, de accordo com o gabinete inglez, diz que, não obstante a Inglaterra de-sejar estar em boa intelligencia com a França, a opinião publica não se mostrava favoravel a essa combinação, e que o parlamento por certo rejeitaria, porque na Inglaterra só se de-seja franca e lealmente o reconhecimento dos factos consumados, e a ratificação dos votos dos italianos.

Marsella, 5—O desgosto em que caiu o grão visir explica-se, segundo dizem as correspondencias de Constantinopla, pelo desejo que elle nutria de regular as dividas do Serrallo e do harem. Todos os cortejos, conjurados contra elle, o accusaram de cumplicidade em certos planos para desthronar o imperador, pretendendo substitui-lo por seu irmão. A demissão do grão visir foi um triumpho para o partido anti-reformista.

O novo visir mantem a decisão do seu predecessor, na parte relativa ao canal do Suez, e expediu uma nota ás potencias, na qual promette a saueção da Turquia, se as nações interessadas na questão se poserem de accordo.

Paris, 5—Decidiu-se que os vogaes do conselho privado do imperador recebam uma avultada gratificação.

—Despachos dados pela *Gaceta de Madrid*:

Londres, 4 de janeiro—A agencia telegraphica Reuter recebeu um despacho de Roma com a noticia de que Grammont declarára ao governo pontificio que o folheto o *papa e o congresso* não deve ser considerado como programma politico do imperador dos francezes. Em vista d'essa declaração, novamente se diz que o cardeal Antonelli deve partir para Paris no dia 10 do corrente, se antes d'esse dia for marcada a nova data para o congresso.

Chegou a Londres o embaixador inglez, em Paris, a fim de receber instruções para o congresso, não obstante dizer-se que essa reunião não terá já lugar.

Marsella, 4—O summo pontifice declarou á consulta de fazenda que recebera o offercimento de um emprestimo de 12-000-000 de escudos, feito por catholicos estrangeiros, mas que, ao menos por em quanto, não accitaria semelhante offerta.

Em Napoles não foi concedida amnistia geral, só foram amnistiados cincoenta dos menos comprometidos.

Paris, 4—Chegou á Nova Orleans Mac-Lane, portador do tratado assignado por Juarez, no dia 14 de dezembro ultimo. As vantagens que segundo esse tratado, alcançam os Estados Unidos são importantes, porém ficão de nenhum effeito, porque se dá por certa e imminente a queda de Veracruz, em poder do legitimo governo mexicano.

Os jornaes francezes transcrevem das folhas inglezas os artigos mais importantes que ultimamente têm sido publicados com referencia ao adiamento do congresso. O *Times*, entre outros, está convencido de que não haverá congresso, idêa esta que merece a sua completa approvação. Na opinião d'esta folha ingleza, o congresso só seria para de-sejar, se fosse possivel estabelecer previamente um accordo quasi unanime entre as nações; porém como essa unanimidade não se pôde obter, o congresso não deve reunir-se. Eis as conclusões do artigo do *Times*:

«Não desejamos, nem em tempo algum desejamos o congresso. Pelo contrario, sempre o julgamos desfavoravelmente, por isso que envolve pretensões incompatíveis com o direito internacional. Só nos associamos a elle, em vista das instantes solicitações do imperador dos francezes, que declaram que essa reunião era uma necessidade para a solução duradoura da questão italiana. Se Napoleão poder reunir os seus plenipotenciarios, enviaremos o nosso; porém se elle não conseguir o que de-seja, dir-se-ha na Inglaterra:—tanto melhor! O que então resta a fazer é reconhecer o estado central italiano formado com a Romania e os ducados, ou como reino independente, ou como fazendo parte da monarchia sarda....»

Em Vienna, segundo diz uma correspondencia publicada pela *Gazeta de Colonia*, suppõe-se que o congresso, caso se reúna, durará pouco. Antes de se proceder á discussão, o representante do summo pontifice pedirá a todas as potencias o reconhecimento da integridade dos estados pontificios. Algumas potencias approvarão esse pedido, e se não se acceder a elle, o representante do summo pontifice retirarse-ha.

FRANÇA

Já se sabe quem é o verdadeiro autor das cartas ultimamente publicadas pelo *Constitutionnel* em resposta ao bispo de Orleans e com referencia ao folheto que tanto tem dado que fazer aos politicos—o *papa e o congresso*.—Segundo diz o *Dia*, jornal de Madrid, mr. Grand Guillot, primeiro redactor d'aquella folha parisiense, acabou de quebrar o anonymo, declarando ser elle quem escreveu essas cartas.

PIEMONTE

N'uma correspondencia da capital d'este paiz se lê o seguinte:

«..... O *Direito* (de Turim) publica os conselhos de um militar, escriptos por um official superior do exercito piemontez. O autor dos conselhos sustenta que, na proxima primavera, o Piemonte poderá, só, emprehender uma guerra contra a Austria. Eis o resultado dos seus calculos. A Austria tem 534-000 homens, porém só pode mandar para a Italia 260-000 homens.

«Quanto aos italianos, podem ter em armas, na proxima primavera, 250-000 homens, numero muito sufficiente, pensa o citado autor, para uma guerra que será só defensiva. Esses 250-000 homens compor-se-hão de 120-000 piemontezes-lombardos, 60-000 homens de liga, e o resto de corpos francos.

«Ao mesmo tempo a gazeta official dá alguns promotores relativos ás peças de artilheria da Alexandria. Em vez de 100, a subscrição produziu 128. Subscreeveram-se na Italia e estados sardos com 106-459,63 francos no resto da Italia, 11-770 francos, e mais algumas quantias insignificantes, da Hespanha, 750 fr., da Moldo-Valaquia, 400 fr., e da Argelia, 350 fr....»

AUSTRIA

A *Gazeta de Vienna* publica n'um dos seus ultimos numeros os nomes das pessoas que o imperador escolheu para membros da nova commissão da divida publica, que, como se sabe, foi ha pouco tempo creada na Austria. Entre esses nomes são dignos de menção os do conde Colloredo, do marquez de Pallavicini e do barão Anselmo de Rottschild.

PRUSSIA

Os bispos catholicos da Prussia tinham enviado ao principe regente uma supplica, na qual lhe pediam que defendesse no proximo congresso a integridade do poder temporal do papa. A *Gazeta de Colonia* diz, n'uma correspondencia de Berlin, que o governo prussiano decidiu não responder á supplica dos bispos. Essa resolução foi inspirada pelo

desejo de evitar demonstrações em contrario por parte dos protestantes, e impedir que as paixões religiosas invadam a politica.

CHINA

O jornal official d'este imperio publica, no seu numero de 9 de agosto ultimo o seguinte decreto imperial, relativo á missão do enviado americano, Ward:

«O enviado americano John Ward realison os compromissos que contrahiu com Kweiliang e seu collega; foi ao porto de Peh-Tang e pediu auctorisação para vir á capital, a fim de apresentar uma carta do seu governo.

«Em consequencia d'isso, auctorisamos a sua admisión em Pekin, para a apresentar, e, depois de termos, n'esse dia, tomado conhecimento das cartas dirigidas pelo enviado americano John Ward, a Kweiliang e Hwashana, e sendo ellas submettidas previamente á nossa approvação por esses ministros, achámos a linguagem tão respeitosa e o sentimento que as dictou tão sincero, que auctorisamos o enviado em questão a apresentar a carta de que elle se encarregou, por parte do seu governo, a Kweiliang e ao seu collega, os quaes nós enviámos para a receber.

«Na parte relativa á entrega reciproca do tratado, o enviado deveria voltar, para isso ter logar em Shanghai; porém, considerando que elle já fez uma longa viagem, consentimos em que o nosso sello seja posto no tratado, e que este seja entregue a Hangfah, a fim de se realizar a troca das copias com o enviado precitado. A partir da data d'esta permutação haverá com a nação americana paz e commercio para sempre.

«Assim nós manifestamos o quanto desejamos testemunhar uma ternura paternal aos homens que não pertencem a este paiz, e provamos que sabemos apreciar a boa fé e a lealdade.

«Para que se não possa allegar ignorancia, Kweiliang e Hwashana farão constar ao dito enviado que tal é o nosso desejo.

NOTICIAS DIVERSAS

O *Monitor Universal* annuncia na sua parte official que o imperador Napoleão III recebeu uma carta, na qual sua magestade o rei da Suecia e da Noruega lhe dá parte do nascimento de um principe, filho de sua alteza real o principe Oscar Frederico, e de sua alteza real a duquesa Sophia, princeza de Nassau.

—O *jornal* (alemão) de *Frankfort* diz que o processo do general austriaco que respondeu pela sua conducta perante um conselho de guerra, depois da batalha de Solferino acha-se já terminado. O conselho condemnou esse general, pela sua irregularidade no serviço, a tres annos de prisão, com perda da patente, e dos seus titulos de nobreza. Porém o imperador commutou essa penalidade em seis mezes de trabalhos forçados, conservando todavia a sua patente e titulos nobilitarios.

—Em Paris, está-se organisando no ministerio da guerra uma commissão militar, que deve partir para o quartel general do marechal O'Donnell, a fim de seguir as operações do exercito hespanhol. Essa commissão é composta, segundo se diz, de um tenente coronel, de um capitão do estado maior, e de um capitão de engenharia. Diz-se que algumas outras potencias devem, por convite da França, mandar para Marrocos commissões militares do mesmo genero.

(La Presse.)

—No *Indicador economico de S. Petersburgo* lê-se o seguinte:

«O consul dos Estados Unidos da America, em Nicolaiw, no Amor, Collins, apresentou ao governo um projecto relativo ao estabelecimento de um telegrapho entre Moscow e a cidade de S. Luiz, nos Estados Unidos, pelo estreito de Behring e Sitka. D'esta maneira será creada uma communicação directa entre New-York e S. Petersburgo. O auctor da memoria cre, alem d'isso, na possibilidade de se estabelecer uma linha telegraphica de entroncamento de Kiatsha para Pekin e outra pela ilha Sakhaliana ou Yeddo e Kakodadé. O comprimento desse fio telegraphico será, proximoamente de 14-040 milhas inglezas. O estabelecimento d'este telegrapho custará 3-400-000 rublos, e fará de despeza 900-000 rublos por anno. O producto annual, por certo não será inferior a 1-000-000 de rublos, de modo que os accionistas poderão contar com um dividendo de 8%.

—Deu-se ultimamente em Athenas, diz uma correspondencia d'esta cidade, um facto que causou grande impressão e de que muito se falla em toda

a Grecia. Dois ou tres dias antes de partir para Paris m.º de Serrey, viuva do embaixador francez, abjurou publicamente a sua religião para abraçar o catholicismo. O partido a que se dá o nome de partido da rainha, recebeu essa noticia com o maior desgosto. Deu-se ordem a um dos principaes dignitarios do palacio, cuja filha estava na escola dirigida pelas religiosas francezas, para que d'ali a retirasse immediatamente. A ordem foi executada, e muitas outras pessoas, que estavam no mesmo caso, trataram de imitar esse exemplo.

«Além d'isso, fez-se reviver uma lei que estava em desuso, a qual prescreve a todas as escolas, qualquer que seja o seu rito, que admittam para a instrução religiosa das creanças um sacerdote grego, (Pope). Portanto exige-se que as irmãs de caridade francezas catholicas recebam nas escolas esses sacerdotes. O que torna esta medida ainda mais vexatoria, é que se suppõe que ella não será applicada ás escolas gregas e protestantes. Affirma-se que a legação da França, resentindo-se d'esta disposição, reclamará contra ella.

(La Patrie.)

—No dia 24 de novembro ultimo, foi inaugurada no Canadá a ponte tubular Victoria, a maior d'essa ordem que ha hoje no mundo.

(La Correspondencia de Espana.)

DOCUMENTOS PARLAMENTARES ESTRANGEIROS

BELGICA

Relatorio apresentado pelo ministro da fazenda na camara dos deputados em sessão de 23 de maio de 1859, para o estabelecimento de uma caixa economica e de um monte pio para inhabilitados.

(Continuado do n.º 6.)

II

«A instituição que devia prestar tão eminentes serviços, e contra a qual só podem apparecer em campo objecções de pouco vulto, achou em toda a parte numerosos partidarios.

«Os principaes escriptores, e os primeiros estadistas, prestaram, com louvavel zelo, o auxilio de sua penna á defeza das caixas economicas.

«Nos ultimos tempos, e principalmente no anno de 1850, creceu o numero d'esses estabelecimentos, de modo assaz notavel nos paizes vizinhos.

«Só nós ficamos estacionarios, desde o anno de 1840; e, cumpre confessar-lhe, havemos até retrocedido, apesar da attenção que o governo e os legisladores têm dado a esta instituição.

«O ultimo paragrapho do artigo 92.º da lei municipal, diz:

«Em todas as cidades fabris os administradores «de concelho e os vereadores promoverão o estabelecimento de caixas economicas.»

«Esta determinação não foi cumprida em mais de seis ou sete localidades. Na maior parte das terras contentaram-se os povos com a caixa economica da sociedade geral.

«Por causas que nós não desconhecidas impoz esta sociedade a si a obrigação, desde o anno de 1848, de diminuir o valor dos depositos.

«A direcção, diz, n'um de seus relatorios, que procurando seguir o movimento das caixas economicas, ha de conseguir, pelos meios de que pôde dispor, grandissimo augmento na caixa de depositos.

«Assim os depositos que, em 1842, subiam a quasi 61 milhões, e em dezembro de 1847 ainda a perto de 47 milhões, não excediam em dezembro de 1857, a 19 milhões, pouco mais ou menos.

«Se examinarmos este ponto em relação aos depositos particulares, ainda é maior a differença. Em 1842 havia 47 milhões; em 1847, 37; e em dezembro de 1857 apenas 15 milhões e meio.

«O numero dos depositantes particulares foi successivamente diminuindo de 44-004 até 37-802, chegando a 25-806.

«O termo medio das suas entregas baixou de 1-063 francos, a 933; e depois a 603 francos.

«A caixa economica do banco da Belgica, que liquidou contas, pela primeira vez, em 1838, graças á intervenção do governo, poz termo ás suas operações, em 1848, liquidando completamente no anno de 1852.

«O banco de Liège obrigou-se a dotar esta cidade com uma caixa economica especial.

«As sete caixas economicas municipaes existentes são todas de pouco valor.

«Eis aqui o seu ultimo estado:

CAIXAS ECONOMICAS	Depositos particulares		Depositos feitos por estabelecimentos publicos	Total dos depositos particulares e dos de estabelecimento publicos
	Numero dos depositantes	Importancia dos depositos		
Bruxellas.....	219	75:913,29	—	75:913,29
Louvain.....	—	—	252:108,07	252:108,07
Nivelles.....	923	1.098.887,52	1.217:951,76	2.316.839,27
Malines.....	340	103.778,17	—	103.778,17
Mons.....	1532	1.077.710,78	—	1.077.710,78
Tournai.....	2.914	1.968.008,18	—	1.968.008,18
Ostende.....	79	50.000,00	—	50.000,00
Total nas 7 caixas.....	6.007	4.374:297,94	1.470:059,83	5.844:357,77
Acrescentando-se as caixas economicas de				
Ville-Montagne.....	160	91.125,46	—	91.125,46
Banco de Ebruge.....	1.140	947.749,19	1.185.998,22	2.133.747,95
Sociedade geral.....	25.806	15.531.921,50	3.696.728,19	19.228.649,69
Caixa economica do banco de Seraing.....	35	9.428,40	—	9.428,40
É o total na Belgica.....	33.008	20.545:576,43	6.352:186,24	27.306:753,67

Estados	Data da última conta apresentada	População	Numero de depositos	Total de depositos	Termo medio de cadernos	Numero de habitantes em relação a cada depositante	Termo medio das quantias entregues por cada depositante	Numero de caixas economicas	Proporção das caixas economicas com a população
Belgica	31 de setembro de 1857	4.529.461	52.994	fr. 27.782.078	fr. 840,81	137	fr. 6,10	112	411.769 hab.
Inglaterra e paiz de Galles	17.009.058	1.140.150	768.000.000	430,60	15	43,61	498	62.798	3.159
Escocia	2.288.742	119.281	48.500.000	406,60	24	16,75	40	12.750	3.159
Irlanda	6.515.794	57.050	42.750.000	749,90	116	6,40	51	45.400	3.159
Guernsey e Jersey	30.800	14.487	4.720.000	284,95	6	107,00	2	87.687	3.159
Francia	31 de dezembro de 1857	36.039.364	978.802	278.921.229	284,95	36	7,75	411	1.727.419
departam. do Sena		1.727.419	226.224	44.607.254	107,00	8	25,80	1	14.370
Suiza	de 1852	2.400.000	180.172	60.368.759	333,00	13	25,23	167	70.000
Genebra (cidade de)	de 1857	70.000	12.608	5.229.000	415,00	6	74,07	1	30.000
Basiléia (cidade de)	de 1855	30.000	9.660	2.918.000	286,00	3	97,20	185	23.400
Paizes-baixos	de 1857	2.915.780	44.180	12.720.000	287,92	73	8,27	92	434.782
Imperio d'Austria	de 1857	40.000.000	82.445	38.300.000	691,05	34	19,90	15	190.806
Lombardia	de 1857	2.860.000	515.826	156.541.556	303,40	34	8,80	405	143.200
Prussia	de 1853	2.000.000	149.708	32.313.513	215,84	13	16,15	93	21.505
Saxonia-real	de 1857	66.000	14.704	3.639.000	247,40	5	55,10	1	66.000
Leipzig	de 1857	182.100	21.403	6.589.702	306,00	6	49,08	2	66.000
Munich	30 de setembro de 1856	200.000	36.037	11.204.250	310,09	6	56,00	1	200.000
Hamburgo	31 de dezembro de 1857	65.000	7.123	4.490.000	630,00	12	67,05	154	16.230
Frankfort sobre o Meno	de 1856	250.000	195.311	107.466.000	573,00	3	22,03	1	39.000
Dinamarca	de 1857	39.000	12.025	9.100.000	767,70	4	51,07	1	90.000
Altona	de 1857	90.000	20.872	4.676.000	224,00	14	12,40	1	156.000
Stockholm	de 1857	156.000	10.830	1.950.000	180,00	4	82,02	1	120.000
Varsovia	de 1856	120.000	26.748	9.864.000	368,70	10	66,51	1	175.000
Florença	de 1856	175.000	17.954	11.650.000	648,60	32	16,00	52	55.379
Roma	de 1856	220.000	8.860	4.661.500	526,00	14	72,03		
Madrid	de 1856	288.000	203.804	208.500.000	1.025,00				
Estados de Nova-York									

1 Compreendendo 6.522.186,24 fr. depositados por quasi 4.200 administrações publicas nas caixas da sociedade geral do banco de Liège, monte-de-piedade de Louvain, e hospitais de Nivelles, que ali entram com se fossem quantias entregues por particulares.

2 As 27 agencias da sociedade geral servem de caixas sucursales.

«Não insistamos neste ponto. Abstemmo-nos de fazer comparações com estados reconhecidamente mais pobres. O que havemos exposto bastará para tornar conhecido o mau estado em que nos achamos, e o quanto é urgente melhorá-lo.

«O governo, conhecendo a necessidade de subtrair o paiz a esta inferioridade, não dissimulou quanto era árdua a empresa.

«Decretar uma boa lei para as caixas economicas, equivale a estabelecer harmonia entre dois princípios em si oppositos, que são: poder dispor de capitais, e tirar d'elles sempre lucro, sem risco de os perder depois.

«O depositante tem juiz, não só a haver seus capitais, quando d'estes careça, como igualmente a alcançar d'elles o mais subido juro possível.

«De outro modo não poderíamos obter lucros de capitais, sem nos expormos a perdê-los. Como será possível conciliar taes exigencias, e que systema deve seguir-se para obter esse resultado? A quem confiar a direcção destas caixas? Como empregar semelhantes capitais? Quaes as garantias e vantagens que devem ter os depositantes?

«Estes pontos, e muitos outros que derivam d'elles, premeditar, por longo tempo, a attenção do go-

verno. Entendeu elle que, para se resolver atiladamente, se carecia, primeiro que tudo, de estudar attentamente o que se ha feito nos demais estados; que era necessario profundamente examinar a legislação a tal respeito seguida; apreciar os resultados obtidos; reconhecer as vantagens e desvantagens que se derem com a existencia das caixas economicas; e tirar das experiencias que estes povos, e nós mesmos, havemos obtido d'esta instituição a maior somma de conhecimentos possível.

«Semilhante estudo, longo e arduo, já foi tentado, resultando d'elle preciosos esclarecimentos, de que adiante damos resumida noticia.

«A origem das caixas economicas, ainda que de recente data, é contido duvidosa e contestada. Tres estados lhe disputam a prioridade e a gloria, e são a Alemanha, Suiza e Gran-Bretanha.

«A Alemanha (Malthus parte 4.ª) prova que um estabelecimento d'este genero foi creado em Hamburgo, no anno de 1778; que dois outros appareceram depois em Oldemburgo, e Kiel, nos annos de 1786 e 1796; e que os de Altona e Gottinga se fundaram em 1801.

«A Suiza affirma-se de ter uma caixa estabelecida em Berna, no anno de 1787; outra em Gene-

bra no anno de 1694; ao passo que as caixas economicas em Inglaterra só posteriormente appareceram sendo a primeira a da Ruthwell estabelecida em 1798. (De Candolle, pag. 8 e 9.)

«Não haverá de certo, contestação por causa d'estas datas; nem se curará de saber profundamente, se todas as caixas, de estatutos pouco conhecidos, eram caixas de sociedades de socorros mutuos ou estabelecimentos pios, que recebiam, uma ou outra vez, pequenos capitais. O que parece certo, é que ellas se conservaram separadas, e raro conhecidas no continente, até o anno de 1816, em cuja epocha as camaras inglezas trataram pela primeira vez, da questão das caixas economicas, dando-lhes o impulso que as fez apparecer em todas as partes do mundo.

«Em Inglaterra é que foram primeiro, do que em parte alguma, objecto da solicitude do poder legislativo; em Inglaterra é que, pela importancia de seus estabelecimentos, e attenção com que geralmente ali se tratam as questões, se despertou a opinião publica, fazendo-lhe avaliar bem a importancia da empresa.

«Justo é pois, que comecemos pela Gran-Bretanha o nosso estudo.

(Continua.)

NOTICIAS COMMERCIAES

ALFANDEGA MUNICIPAL DE LISBOA

Nota dos preços dos generos abaixo mencionados, na semana de 2 a 8 de janeiro de 1860

PAUTA DA ALFANDEGA	AMENDOIA MILO	AMENDOIA COÇA	AMENDOIA DURA	AMENDOIA MOLAR	ALFARROBA	CANHAMIA SECCA	CANHAMIA VERDE	PIGO SECCO	NOZES	MOSTARDA	PASSA DE AMEIXA	PASSA DE UVA	PERA SECCA	QUELHO DA ILHA
	ARROBA	ALQUEIRE	ALQUEIRE	ALQUEIRE	ARROBA	ALQUEIRE	ALQUEIRE	ARROBA	ALQUEIRE	ALQUEIRE	ALQUEIRE	ARROBA	ARROBA	ARROBA
Classe 5.ª	28800	900	700	350	200	700	300	800 a 1000	600	800	600 a 800	1500	1500	25560

PREÇO MEDIO DOS GENEROS NOS MERCADOS REGULADORES

DISTRICTO DE VIANNA DO CASTELLO

ARCOS DE VAL DE VEZ

Semana finda em 24 de dezembro

Trigo, alqueire	5840
Milho amarello, dito	3320
» branco, dito	3320
Centeio, dito	3420
Feijão branco, dito	5440
» vermelho, dito	5440
» rajado, dito	5400
» fradinho, dito	5400
Batata, dito	5240
Azeite, almude	5800
Vinho, dito	25400

CAMINHIA

Semana finda em 17 de dezembro

Trigo, alqueire	5960
Milho amarello, dito	3400
» branco, dito	3400
Centeio, dito	3540
Feijão branco, dito	5400
» vermelho, dito	5400
» rajado, dito	5360
Batata, dito	5240
Azeite, almude	6200
Vinho, dito	25880

Semana finda em 24 de dezembro

Trigo, alqueire	5960
Milho amarello, dito	3400
» branco, dito	3400
Centeio, dito	3540
Feijão branco, dito	5400
» vermelho, dito	5400
» rajado, dito	5360
Batata, dito	5240
Azeite, almude	6200
Vinho, dito	25880

MONSÃO

Semana finda em 17 de dezembro

Trigo, alqueire	5900
Milho amarello, dito	3400
» branco, dito	3400
Centeio, dito	3500
Feijão branco, dito	5500
» vermelho, dito	5500
» rajado, dito	5500
Batata, dito	5380
Azeite, almude	5360
Vinho, dito	25360

Semana finda em 24 de dezembro

Trigo, alqueire	5900
Milho amarello, dito	3400
» branco, dito	3400
Centeio, dito	3500
Feijão branco, dito	5500
» vermelho, dito	5500
» rajado, dito	5500
Batata, dito	5380
Azeite, almude	5360
Vinho, dito	25360

PONTE DO LIMA

Semana finda em 17 de dezembro

Trigo, alqueire	5850
Milho amarello, dito	3340
» branco, dito	3340
Centeio, dito	3460
Feijão branco, dito	5200
» vermelho, dito	5200
» rajado, dito	5200
Batata, dito	5380
Azeite, almude	5360
Vinho, dito	25000

Semana finda em 24 de dezembro

Trigo, alqueire	5850
Milho amarello, dito	3340
» branco, dito	3340
Centeio, dito	3460
Feijão branco, dito	5200
» vermelho, dito	5200
» rajado, dito	5200
Batata, dito	5380
Azeite, almude	5360
Vinho, dito	25000

VIANNA DO CASTELLO

Semana finda em 17 de dezembro

Trigo gallego, alqueire	5860
Milho amarello, dito	3360
Parinha de dito, dito	3400
Milho branco, dito	3400
Centeio, dito	3480
Parinha de dito, dito	3520
Cevada, dito	3700
Feijão branco, dito	5400
» vermelho, dito	5400
» rajado, dito	5360
» fradinho, dito	5360
Batata, dito	5300
Azeite, almude	5400
Vinho, dito	60500

Semana finda em 24 de dezembro

Trigo gallego, alqueire	5860
Milho amarello, dito	3360
Parinha de dito, dito	3400
Milho branco, dito	3400
Centeio, dito	3480
Parinha de dito, dito	3520
Cevada, dito	3700
Feijão branco, dito	5400
» vermelho, dito	5400
» rajado, dito	5360
» fradinho, dito	5360
Batata, dito	5300
Azeite, almude	5400
Vinho, dito	60500

DISTRICTO DE BRAGANÇA

BRAGANÇA

Semana finda em 3 de dezembro

Trigo temporão, alqueire	5475
serodio ou tremez, dito	5515
Centeio, dito	4200
Batata, dito	5100
Azeite, almude	63000
Vinho, dito	15900

Semana finda em 10 de dezembro

Trigo temporão, alqueire	5480
serodio ou tremez, dito	5510
Centeio, dito	4200
Batata, dito	5090
Azeite, almude	63000
Vinho, dito	15900

MIRANDELLA

Semana finda em 3 de dezembro

Trigo serodio, alqueire	5650
temporão, dito	5660
Milho amarello, dito	5430
Centeio, dito	5500
Feijão branco, dito	5490
» vermelho, dito	5490
» rajado, dito	5430
Batatas, dito	5130
Azeite, almude	45500
Vinho, dito	15900

Semana finda em 10 de dezembro

Trigo serodio, alqueire	5660
temporão, dito	5660
Milho amarello, dito	5440
Centeio, dito	5510
Feijão branco, dito	5490
» vermelho, dito	5490
» rajado, dito	5430
Batatas, dito	5130
Azeite, almude	45500
Vinho, dito	25000

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA

Dia 10 de janeiro de 1860

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Rhone, paquete inglez a vapor, capitão R. Joy, de Alexandria em 13 dias, e de Malta em 7, com algodão e mais generos a G. A. Hancock & Comp.ª; 37 pessoas de tripulação. Destina-se para Liverpool e vem aqui receber carvão. Entrou hontem ás 9 horas da noite.	
Santa Brígida, cahique portuguez, mestre L. Martins, de Villa Nova de Portimão em 2 dias, com ceba, figo e mais generos; 8 pessoas de tripulação.	
Independente, hiate portuguez, mestre H. Gon-	

calves, de Villa Real de Santo Antonio em 7 dias, e de Villa Nova de Portimão em 24 horas, com alhum; 8 pessoas de tripulação.

União de Alcaçer, hiate portuguez, mestre J. J. Laborde, de Setubal em 24 horas, com trigo, e mais generos; 6 pessoas de tripulação e 2 passageiros, que são Ama João, com um filho, portuguez.

Tentativa, bateira, mestre F. Maria, de Villa Real de Santo Antonio em 3 dias, em lastro; 6 pessoas de tripulação.

Ville de Malaga, paquete francez a vapor, capitão A. Aude, de Nantes em 4 dias e de Vigo em 26 horas, com fazendas e mais generos a H. Juhel; 28 pessoas de tripulação, 1 mala e 9 passageiros.

Braganza, paquete inglez a vapor, capitão W. London, de Liverpool em 5 dias, com fazendas e mais generos a G. A. Hancock & Comp.ª; 19 pessoas de tripulação e 1 mala.

EMBARCAÇÕES SAÍDAS

Ville de Lisbonne, paquete francez a vapor, capitão J. Ordremon, para Cadiz e Gibraltar, com varios generos; 25 pessoas de tripulação e 31 passageiros.

Estrella 4.ª, hiate portuguez, mestre A. Dias, para Setubal, com madeira; 7 pessoas de tripulação.

Estrella de Odeira, hiate portuguez, mestre J. S. Seixos, para Villa Nova de Milfontes, com sal; 5 pessoas de tripulação.

Isabel, bateira, mestre A. O. Alegre, para S. Martinho, com ferro; 5 pessoas de tripulação.

Adelaide, hiate portuguez, mestre A. M. de Almeida, para S. Martinho, com ferro e mais generos; 7 pessoas de tripulação.

Bordo do vapor Infante D. Luiz, em frente de Belem, em 10 de janeiro de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão-tenente, commandante.

BARRA DO DOURO

(Boletim do telegrapho da foz de 10 de janeiro de 1860)

Dia 9

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Fôra da barra ficam as mesmas embarcações de hontem, um patacho inglez e um hiate portuguez.

O mar está um tanto agitado.

O vento esteve E. regular continuando ainda.

O rio Douro tras menos corrente.

BARRA DE SETUBAL

Dia 9 de janeiro de 1860

(DESPACHO TELEGRAPHICO)

EMBARCAÇÃO ENTRADA

Santo André, falucho hespanhol, de Villa Real de Santo Antonio, em lastro.

EMBARCAÇÕES SAÍDAS

Gerina Jantina, galeota hollandeza, para Vlaardingen, com sal.

De Maas, galeota hollandeza, para Dordrecht, com sal.